

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 4/2016

---- **PRESIDÊNCIA:** Doutora Leonor Pais -----

---- **1.ª SECRETÁRIO/A:** Dr.ª Cristina Matos -----

---- **2.ª SECRETÁRIO/A:** Dr.ª Lisete Cabral -----

---- Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, no Auditório dos Paços do Concelho, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mangualde, que havia sido convocada nos termos legais e regimentais no passado dia vinte de setembro.-----

---- Sendo vinte e uma horas e cinco minutos foi feita a chamada, verificando-se as ausências dos seguintes membros municipais: senhores Dr.ª Ângela Tomas, Dr. Luís Coimbra, Dr. Rui Costa, António Maria Fernandes e Rui Filipe Coelho, presidente da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato. -----

---- Justificaram as faltas os senhores: António Maria Fernandes e Rui Filipe Coelho, presidente da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato.-----

---- De acordo com o artigo 29º, n.º 2, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foram justificadas as faltas dos senhores Rui Coelho e Jorge Coelho, presidente da Junta da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, e presidente da Junta de Freguesia de São João da Fresta, à sessão ordinária desta Assembleia Municipal do dia trinta de junho de 2016. -----

---- Estiveram presentes os senhores: presidente da Câmara Municipal, Dr. João Azevedo, vice-presidente da Câmara Municipal, Eng.º Joaquim Patrício, vereadores Dr.ª Maria José Coelho, João Lopes, Dr. Rui Ardérius, Dr. Frederico Assunção e Dr. Joaquim Lúcio Messias. -----

---- Procedeu-se ainda à votação da ata da sessão ordinária, de trinta de junho de 2016, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, do Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros que não estiveram presentes na reunião mencionada, de referir os senhores: Dr.ª Cristina Matos, Eng.º Luís Silva, Adelaide Almeida, Jorge Coelho, Alexandre Constantino, Dr. Filipe Pais, e João Dias Gomes.-----

-----ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA: -----

---- A senhora *presidente da Assembleia Municipal* leu a correspondência recebida, ficando à disposição dos membros da Assembleia. -----

---- De registar, nos termos do artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal, complementado com o mais estabelecido nos artigos 77º e 79º na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, alterado pela Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro e Lei nº 1/2011, de 20 de Novembro, os pedidos de suspensão de mandatos, datados de vinte e três de setembro corrente, dos membros municipais, senhores Dr. Marco Filipe Almeida e Dr. Jaime Pinto, pelo período de trinta dias. -----

---- As suspensões do mandato em causa devem-se a razões profissionais dos membros municipais em questão. -----

---- Segundo o artigo 48º, do mencionado Regimento, a senhora presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém pretendia fazer alguma apreciação a estes pedidos, não tendo havido quaisquer intervenções. -----

---- A senhora Doutora Leonor Pais referiu que o período de tempo era contado a partir do presente dia e que, nos termos do artigo 79º, já referido, os senhores Dr. Marco Almeida e Dr. Jaime Pinto iriam ser substituídos pelos senhores Dr. Filipe Manuel Gonçalves Pacheco Pais e João Dias Gomes, respetivamente.-----

---- Nos termos do artigo 76º, nº 4, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo-se apresentado à sessão os senhores Dr. Filipe Manuel Gonçalves Pacheco Pais e João Dias Gomes, foi verificada a sua identidade e legitimidade, pelo que se consideraram legítimos substitutos dos membros municipais. ---

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Tomou a palavra a senhora Doutora *Leonor Pais* para fazer a seguinte proposta de homenagem aos três atletas e treinador da Casa do Povo de Mangualde pela sua participação nos Jogos Paralímpicos Rio 2016: *“A Assembleia Municipal de Mangualde, na sua reunião ordinária de 28 de setembro, homenageou os três atletas mangualdenses que integraram a representação de Portugal nos Jogos Paralímpicos Rio 2016 que tiveram lugar no Rio de Janeiro de 7 a 18 deste mês.* -----

-----Carina Paim, Cristiano Pereira e Miguel Monteiro honraram Mangualde e honraram Portugal. O seu exemplo de determinação, dedicação e superação pessoal merece ser enaltecido e servir de referência a todos os mangualdenses. -----

-----A Assembleia Municipal reconheceu igualmente a qualidade do trabalho técnico desenvolvido pelo seu treinador, senhor João Amaral, que, pela sua dedicação ao desporto e através dos resultados dos seus atletas, ajudar a levar o nome de Mangualde muito além das suas fronteiras. -----

-----A Assembleia Municipal de Mangualde considera que uma palavra de reconhecimento é ainda devida aos dirigentes da Casa do Povo de Mangualde que, pela sua ação, tornam tudo isto possível.” -----

-----O senhor Dr. Sobral Abrantes disse congratular-se com esta proposta e que iria fazer uma proposta semelhante quando tomasse a palavra. Visto ter sido apresentada pela senhora presidente da Assembleia Municipal de Mangualde, a qual a bancada da coligação subscrevia, propôs que fosse ainda acrescentado à proposta e aprovado “que a Assembleia Municipal promovesse uma homenagem aos atletas de Mangualde numa sessão da Assembleia Municipal”, porque pensava ser relevante para o concelho haver três atletas que tenham representado este concelho, provavelmente o concelho melhor representado nestes jogos, pelo que havia que enaltecer a atividade dos atletas, o seu empenho, a dedicação, e tornar público este ato, quer tornar público para o concelho de Mangualde quer dar-lhe uma dimensão maior convidando a imprensa a estar presente nesta homenagem. “Esta homenagem deveria ser extensiva ao treinador senhor João Amaral e à própria Casa do Povo de Mangualde.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A senhora Doutora Leonor Pais disse que deveria ser tomado em conta na sua proposta este acréscimo efetuado pelo senhor Dr. Sobral Abrantes.-----

-----O senhor Dr. *Filipe Pais* disse subscrever as palavras do senhor Dr. Sobral Abrantes e que era uma honra, num concelho com esta dimensão poder votar uma proposta como esta, que deveríamos ficar todos muito satisfeitos, pelo que a bancada do P.S se solidarizava com a proposta da senhora presidente da Assembleia Municipal. -----

-----Posto esta proposta de louvor a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

-----A senhora Doutora Leonor Pais leu ainda um esclarecimento sobre fertilizante agrícola enviado pela Junta de Freguesia de Espinho que ficará arquivado no processo da sessão. -----

-----A senhora Dr.^a *Patrícia Fernandes* parabenizou o senhor presidente da Câmara Municipal, Dr. João Azevedo, pela abertura das Festas da Cidade ter ocorrido com um grupo de jovens mangualdense do Agrupamento de Escolas. Relativamente às Festas da Cidade propriamente ditas, questionava quais foram os gastos com as mesmas e também solicitava cópia dos contratos com os artistas envolvidos. -----

-----Também gostaria de saber qual foi o acordo celebrado com a empresa “Continente” para as comemorações do seu dia, em que esteve presente o artista “Tony Carreira” e diversos entretenimentos no Jardim da cidade, pelo que solicitava à senhora presidente da Assembleia Municipal a sua intervenção para que lhe fosse facultado esta documentação no prazo devido.-----

-----O senhor Eng.º *João Tiago* lembrou uma nota de pesar pelo falecimento de uma pessoa que a todos nos fazia sentir honrados pela sua vida política ativa, uma figura de índole internacional, o presidente israelita Shimon Peres, nobel da paz em 1994, juntamente com outras figuras conhecidas, que souberam a determinada altura transmitir aquilo que na humanidade a política deve servir, prestar serviços às populações, aos povos, a solidariedade internacional. Shimon Peres foi uma pessoa dessa envergadura, um político que viveu os horrores do holocausto, nascido na Polónia foi um dos pais fundadores do estado de Israel, membro ativo da internacional socialista, trabalhista profundo, viveu num kibutz, soube sempre ultrapassar as barreiras que o separavam dos adversários, mesmo dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adversários políticos no seio do povo israelita e soube sempre também que a paz se fazia com o outro e não contra o outro. Foi um homem que soube criar os instrumentos da guerra mas também teve a capacidade de criar os instrumentos da paz duradoura. -----

-----A bancada do P.S. apresentou um voto de pesar pelo falecimento do camarada que foi vice-presidente da internacional socialista.-----

-----Em segundo lugar parabenizou o esforço que a Câmara Municipal estava a fazer para que a criação de mais cidadania, que era a educação, fosse novamente reposta. Iria haver novas requalificações escolares, com o apoio do governo, conforme foi protocolado com a senhora secretária de estado da educação.-----

-----Também cumprimentou a Guarda Nacional Republicana pelas novas instalações que estavam ao serviço da população. Viviam-se tempos difíceis e era necessário haver meios físicos, humanos e tecnológicos que permitam assegurar às pessoas mais segurança, e também salientar o esforço que foi feito no reordenamento urbanístico que foi executado naquela zona. Esta era uma marca de quem queria promover o reordenamento urbano. -----

-----O senhor Eng.º João Tiago mencionou ainda o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de Mangualde que era o segundo com maior verba per capita da região centro pelo que parabenizou o senhor presidente da Câmara Municipal.-----

-----O senhor Dr. *João Azevedo* associou-se à homenagem aos atletas paralímpicos, pois mais do que as metas e os títulos era o sinal da inclusão que se tem feito no concelho e daí esta homenagem à Carina Paim, Cristiano Pereira, Miguel Monteiro, senhor João Amaral e à Casa do Povo de Mangualde que era merecida e devida. Aguardava-se que nos próximos anos houvesse atletas paralímpicos e não paralímpicos, sendo um projeto que irá ganhar mais dimensão, até porque não eram só estes os atletas que têm participado em eventos internacionais e que eram um orgulho para todos.-----

-----Quanto à questão do Agrupamento de Escolas de Mangualde, só se conseguia mudar geracionalmente as sociedades se houver investimento na educação. Hoje em dia a Câmara Municipal tinha conseguido atingir os objetivos para arranjar soluções para dar capacidade infraestrutural aos jovens de Mangualde, através da reabilitação dos espaços escolares, desportivos, e daí surgirem classes de ginástica, grupos de música, ensino articulado,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

artístico e aumento de acordos como Estado. Em resumo esta relação entre o investimento na educação junto do Ministério da Educação pela Câmara Municipal de Mangualde e de todos os intervenientes do corredor pedagógico representava aquilo que foi mencionado pela senhora Dr.^a Patrícia Fernandes, a apresentação do Agrupamento de Escolas de Mangualde no primeiro dia de Festas da Cidade de Mangualde 2016. -----

-----Relativamente às Festas da Cidade e aos seus custos, foi gasto muito menos do que aquilo que se gastava no passado, pelo que os documentos solicitados ser-lhe-iam enviados através da senhora presidente da Assembleia Municipal. -----

----- No caso da Festa Continente e do artista já referido, havia sido há já alguns anos que privou com o senhor Eng.º Belmiro de Azevedo tendo-lhe na altura sugerido que descentralizasse os habituais “Mega Picnic” pelo país. Este evento trouxe para a economia local uma grande receita e os atores económicos da cidade e do concelho valorizavam-se. --

-----O que foi gasto com o artista Tony Carreira foram 15000,00€ (quinze mil euros). Mais do que o custo foram as vinte mil pessoas na cidade, milhares de euros gastos em Mangualde, ou seja uma grande aposta comparada com outros municípios em que o custo foi mais do dobro, pelo que tinha sido uma aposta que um dia se deveria repetir para se poder ter grandes eventos com custos controlados, com grande projeção na economia local.

-----Não se podia viver só dos investimentos infraestruturais, de resolver o problema da dívida do município, também era preciso projetar Mangualde com alguma notoriedade. -----

-----O senhor Dr. João Azevedo disse ainda, relativamente à intervenção do senhor Eng.º Tiago Henriques, que era um gosto ouvir as suas palavras alusivas à educação, à G.N.R. e ao PEDU.-----

-----Quanto ao PEDU referiu que os valores do fundo per capita para Mangualde eram de 251,51€ (duzentos e cinquenta e um euros e cinquenta e um cêntimos), o que fez com que este fosse um grande acordo para o concelho. Este acordo ia valorizar o território nos próximos anos, enriquecer o concelho de Mangualde, e só tinha sido possível porque se conseguiu esgrimir argumentos junto do poder decisório para que pudesse haver este investimento. A título de exemplo, já poderia ser visto o começo das obras no Bairro do Moderno, um dos bairros mais antigos na cidade podia ter a oportunidade de ter água,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

novas infraestruturas de esgotos, reabilitação urbana, iluminação pública requalificadas, ou seja, dar qualidade de vida aos cidadãos. O PEDU foi um grande acordo, com muito trabalho efetuado pelo município nos fóruns de decisão mas também com o apoio de todos os presidentes de junta de freguesia, aos quais agradeceu, pois tinham tido um papel decisivo naquilo que era o arrastar de investimento no concelho e sendo solidários, sempre prontos para ajudar. -----

-----Interveio o senhor Dr. *Sobral Abrantes* para questionar a senhora presidente da Assembleia Municipal sobre se houve alguma resposta por parte da GNR ao ofício enviado relativo às lamas encontradas num terreno em Espinho. Houve uma ofensa ao meio ambiente, já tinha havido uma intervenção e a questão foi morosa na sua resolução mas parecia estar ultrapassada. -----

-----A questão ambiental era algo que se resolvia num local e aparecia noutra, tinha a informação que havia outro caso de ofensa ao meio ambiente na zona do Canedo, as populações tinham-se manifestado com o mau cheiro, com o depósito de lamas, tinham vindo à última reunião de Câmara Municipal, e mais uma vez eramos confrontados com factos consumados de agressões ao meio ambiente aos quais era necessário pôr cobro, ter uma atitude preventiva, era preciso punir quem tinha este tipo de atuações. A Câmara Municipal não podia só punir quando alguém começava uma obra e a licença só era entregue oito dias mais tarde e depois era levantado o auto, o que era muito mais grave. Pensava que este tipo de situação de ofensa ao meio ambiente devia ser analisada e a Câmara Municipal deveria atuar. -----

-----Tinha também conhecimento de outra situação na Freixiosa, não houve a devida manutenção no saneamento, que os esgotos estavam a correr a céu aberto, que havia maus cheiros e moscas. Dado que o senhor presidente da Câmara Municipal dizia que tinha uma boa relação com os governantes, seria uma boa altura para solicitar ao senhor Secretário de Estado do Ambiente que atuasse neste problema já que a Câmara Municipal não conseguia. Pretendia saber o que a Câmara Municipal vai fazer ou já fez para resolver as situações expostas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Como na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIM) Mangualde foi apontado como um dos concelhos com as mais graves carências a nível de saneamento, questionava se a Câmara Municipal tinha algum plano, projeto ou previa e para quando a resolução destas situações, quer a nível de água quer a nível de saneamento, visto haver graves problemas no concelho e até agora não se viu nenhum plano, projeto ou iniciativa nesta matéria. -----

-----Uma segunda questão que colocou prendia-se com a Rotunda PSA-Citroën, soube-se pela comunicação social que foi feita a inauguração. Era uma obra das Estradas de Portugal, promovida pelo governo e na inauguração não tinha visto ninguém daquelas entidades, pelo que gostaria de saber se houve inauguração, quem a promoveu, quem teve a iniciativa e assim sendo o porquê da oposição não ter sido convidada e se foi endereçado o convite a quem tinha estado na génese da obra ao Dr. Sérgio Monteiro. Não ficava bem haver uma obra inaugurada relativamente à Citroën que era uma empresa emblemática de Mangualde e quem estava na oposição soube pela comunicação social, pelo que deixava o seu reparo.-----

-----Também questionava sobre as pequenas obras entre Cunha Baixa e Espinho, se se percorresse o caminho por Espinho havia cerca de quatrocentos metros com estrada muito degradada, pensava já ser altura de se intervir. Pelo lado oposto, Vila Nova de Espinho a estrada estava exatamente igual, pelo que questionava se estava prevista alguma intervenção. -----

-----Na zona alta do concelho, nas ligações entre Travanca de Tavares, São João da Fresta, a própria freguesia de Chãs de Tavares e Vila Cova do Covelo, também havia estradas com grande degradação e não estavam em condições de circulação. Nestes sete anos o senhor presidente da Câmara Municipal, nestas pequenas obras, muito falou mas nada fez. -----

-----O senhor Dr. Sobral Abrantes colocou ainda outra questão com a qual tem sido confrontado, o porquê da Câmara Municipal de Mangualde, para efetuar os pagamentos, não utilizar as transferências bancárias, havia prestadores de serviços que vinham aos serviços para receber e quando faziam a pergunta do porquê de o mesmo não ser efetuado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por transferência bancária lhes era dito que a Câmara Municipal não o fazia, o que o deixava estupefacto. A Câmara Municipal ordena um funcionário a entrega do dinheiro nos bancos para pagamento aos membros municipais, por esta razão já lhe tinha acontecido não saber quem lhe tinha feito um depósito na sua conta, no documento do depósito não era referido a entidade depositante. Por que motivo se perdia tempo com um funcionário a andar de banco em banco a fazer depósitos, o porquê de a Câmara Municipal não pagar por transferência bancária.-----

-----O senhor Dr. *João Azevedo* explicou que de qualquer forma a Câmara Municipal pagava os serviços, os fornecedores, e antigamente demorava até três anos. O procedimento era institucional, da divisão financeira, e ao ser feito este procedimento com certeza se estaria a poupar recursos ao município, de qualquer forma iria informar-se melhor dessa questão. -----

-----Quanto à questão das estradas em Vila Nova de Espinho, Espinho e Cunha Baixa, durante anos o executivo P.S.D nada fez para as reabilitar, em Travanca, estava feita a variante da Corvaceira. Salientou também que para se fazer as estradas havia que fazer o saneamento de água e esgotos, e o acesso a Nelas, no alto da cruz, iria ser feito. Não se podia pagar a dívida, baixar os impostos, ia-se baixar o custo da água, religou-se a iluminação pública, baixou-se o nível de endividamento, ia haver o maior investimento público de sempre, tinha sido tudo aquilo que o P.S.D não fez durante cerca de doze anos.--

-----As Etar, gostaria de saber quantas foram construídas pelo P.S.D, o senhor Dr. Sobral Abrantes não devia conhecer o poço de efluentes da Freixiosa, estava mal construído, não foi falta de manutenção, mas estava previsto na revisão ao P.P.I a construção da Etar da Freixiosa e iria haver mais construções, estavam previstos acordos com o Ministério do Ambiente para resolver o problema das Etar. -----

-----A rotunda da PSA/Citroën não foi a Câmara Municipal de Mangualde que inaugurou a mesma, o senhor Dr. João Azevedo tinha sido convidado para o open day do Grupo, e todo este processo foi a PSA/Citroën quem o definiu. Aquela obra foi patrocinada pelo Governo, Câmara Municipal de Mangualde e PSA/Citroën, com acordos com a Estradas de Portugal. Se tivesse sido a Câmara Municipal a organizar esta inauguração certamente que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

teria convidado todos os atores políticos desta Câmara Municipal, aliás muitas vezes o senhor Dr. Sobral Abrantes era convidado e não aparecia. -----

-----O senhor Dr. João Azevedo disse ainda que quanto à questão do Canedo, este executivo estava sempre do lado das populações, e que o senhor vice-presidente responderia melhor ao assunto. -----

-----Foi proposto à Câmara Municipal que fizesse uma reunião com a população e com a empresa, o que foi feito, e foi transmitido pela empresa que num prazo de seis meses iria ser tudo resolvido, havia licenças que não foram passadas pela Câmara Municipal. As populações do Canedo não podiam ser prejudicadas com o mau cheiro. -----

-----O senhor vice-presidente Eng.º *Joaquim Patrício* esclareceu que a questão de Espinho foi comunicada à G.N.R, SEPNA, e tinha vindo a resposta de que atualmente as lamas, que foram utilizadas como fertilizantes, já tinham sido retiradas. -----

-----A questão do Canedo, quando há incumprimentos por parte de algum interveniente num determinado processo, a Câmara Municipal pode embargar as obras e instaurar um processo de contraordenação. A empresa instalada naquela zona, era necessário distinguir três tipos de serviços: pedreira, central de betuminoso e ambiente. A pedreira estava licenciada pela Direção Geral de Minas e Geologia, o ambiente, tinha alvará referenciado pela CCDR Centro, e todas as outras obras de edificado que eram da responsabilidade da Câmara Municipal, quando estavam devidamente executadas de acordo com o projeto eram aprovadas, quando assim não o estavam, eram embargadas.-----

-----Relativamente às exposições que chegaram à Câmara Municipal foram encaminhadas para as diversas entidades: DRAP Centro, CCDR Centro, G.N.R, Autoridade de Saúde de Mangualde, APA, tendo todas recebido um abaixo-assinado, fotografias, e estando o alvará em vigor pela CCDR Centro, só esta entidade poderia ou não revogar o mesmo. A Câmara Municipal tinha o processo devidamente instruído e guardam-se os pareceres das referidas entidades.-----

-----Dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara Municipal, a senhora Dr.^a *Patrícia Fernandes* disse que no site do município estava escrito que a obra foi inaugurada e a Citroën não podia inaugurar uma obra pública.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o senhor Dr. *Sobral Abrantes* para dizer que nem ele nem os restantes membros municipais se esqueciam das coisas, esta obra, foi dito pelo senhor presidente da Câmara Municipal, foi comparticipada pela autarquia em 10% do valor total. -----

-----Quanto ao Canedo pensava que deveria haver uma atuação proactiva da Câmara Municipal, uma atuação de sensibilização, era sabido quem licenciava este tipo de empresa, e o executivo não se podia esquecer que esta empresa só tinha sido licenciada porque esta Assembleia Municipal votou o seu interesse público municipal. Pelo exposto pode-se concluir que a bancada do P.S.D/C.DS tinha razão quando questionou se era garantido que esta empresa não ofendia o ambiente, que a sua atividade era ecologicamente compatível com as populações, daí se terem abtido aquando da votação do interesse público municipal. Esta empresa era bem-vinda em Mangualde, mas tinha que dar garantias que cumpria a legislação ambiental, assim como outra qualquer empresa, não se podia permitir que, por causa do interesse de se manterem as empresas, se ofendesse o ambiente. A Câmara Municipal só teve conhecimento do caso porque a população se queixou, e na Freixiosa porque estava de passagem e foi convidado para ir ver o local. -----

-----O senhor Dr. *João Azevedo* respondeu que conhecia bem as situações em causa e que tinha visitado os locais mais do que uma vez. -----

-----A questão da pro-atividade, este executivo teve conhecimento da situação do Canedo, foi marcada uma reunião com a população, com a empresa, e foi enviada documentação para as entidades competentes. -----

-----Relativamente à questão da rotunda PSA/Citroën dizia à senhora Dr.^a Patrícia Fernandes que a Câmara Municipal não gastou um euro na construção do carro que agora estava exposto na rotunda, e nesta gastou 10% do valor total. Aquele espaço era das Estradas de Portugal e se a Câmara Municipal tivesse que inaugurar a rotunda tinha que se formalizar o facto entre as duas entidades, e se houvesse mais dúvidas as mesmas deveriam ser esclarecidas pela PSA/Citroën. -----

-----A variante do “Pingo Doce” nunca foi inaugurada, foi uma obra que custou 1000000,00€ (um milhão de euros).-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor vice-presidente Eng.º *Joaquim Patrício* disse ao senhor Dr. Sobral Abrantes para não induzir as pessoas em erro relativamente ao interesse municipal já votado da empresa em causa, o que tinha vindo à votação da Assembleia Municipal foi os serviços da central de betuminoso. -----

-----A senhora Dr.ª *Patrícia Fernandes* insistiu que o que a Câmara Municipal comunicou e estava página do site era que tinha sido inaugurada a rotunda e não o carro agora exposto.

-----O senhor Dr. *João Azevedo* afirmou que mais do que esta problemática, havia que pontuar este assunto como uma grande obra para o concelho. O carro “DS” era uma imagem de marca, foi considerado um dos carros mais bonitos do mundo no seu tempo e por isso era uma obra de arte que ia atrair turismo. Para finalizar, a Câmara Municipal de Mangualde não organizou esta inauguração e se assim o tivesse feito, naturalmente que convidava, como sempre, as pessoas. -----

-----**Ponto Primeiro da Ordem do Dia “Apreciação da Informação Escrita sobre a atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo”**-----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----**Ponto Segundo da Ordem do Dia “Segunda Revisão às Grandes Opções do Plano para o ano de 2016/Plano Plurianual de Investimentos”** – Aprovação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

-----A senhora Doutora *Leonor Pais* propôs que o ponto segundo e terceiro fossem comentados em conjunto e votados separadamente, o que foi aprovado por unanimidade. ---

-----Tomou a palavra o senhor Dr. *Sobral Abrantes* para dizer que dado que a sua bancada tinha votado contra o orçamento e plano de atividades, não se pronunciava sobre as alterações propostas especificamente e iria merecer o voto contra da bancada da coligação.-----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor e sete votos contra da bancada da coligação P.S.D/C.D.S. -----

-----**Ponto Terceiro da Ordem do Dia “Segunda Revisão ao Orçamento para o ano de 2016”** – Aprovação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor e sete votos contra da bancada da coligação P.S.D/C.D.S. -----

-----*Ponto Quarto da Ordem do Dia* “**Certificação Legal de Contas - Situação económica e financeira do Município de Mangualde - 1º semestre de 2016 – Demonstrações Financeiras Intercalares**” – Apreciação -----

-----Tomou a palavra o senhor *Rui Vaz* para questionar o senhor presidente da Câmara Municipal sobre se, relativamente ao parecer do ROC e à reserva que consta do documento, a Câmara Municipal fez diligências para que em futuros pareceres não aparecesse esta reserva. -----

-----O senhor Dr. *João Azevedo* informou que a reserva do património, a Câmara Municipal estava a evoluir no registo e atualização do património do concelho, que era um assunto em constante renovação e que esta nota no relatório não iria desaparecer. -----

-----De registar que no documento também estava escrito que a dívida do município em trinta de junho do corrente era de 11000000,00€ (onze milhões de euros) e teve uma redução no primeiro semestre de cerca de 738000,00€ (setecentos e trinta e oito mil euros).

-----A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

-----*Ponto Quinto da Ordem do Dia* “**Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2016**” – Aprovação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* solicitou esclarecimento sobre este assunto, mais propriamente pela contratação pela Câmara Municipal de um professor do ensino básico do primeiro ciclo. Questionava se as necessidades que eram apontadas na fundamentação foram detetadas pelo Conselho Municipal de Educação (C.M.E), por alguma escola e se houvesse algum pedido escrito, gostaria que lhe fosse transmitido, bem como o parecer do C.M.E no sentido da necessidade desta contratação, ou se esta contratação era simplesmente iniciativa da Câmara Municipal de Mangualde. -----

-----Ainda relativamente aos considerandos que constavam da proposta de contratação dizia que: “*considerando a necessidade de se identificarem as carências no funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, na*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

componente letiva...”, esta componente era sabido que pertencia ao Ministério da Educação. Também era dito na mesma proposta: “*considerando a necessidade de prestação de apoio aos professores titulares*”, estes professores pertenciam ao Ministério da Educação, não podia haver um professor contratado pela Câmara Municipal a dar instruções aos professores titulares. -----

-----O senhor Dr. Sobral Abrantes questionou ainda se esta proposta da Câmara Municipal, com estes pressupostos, não estava a violar a lei porque parecia que estava a intervir em áreas do Ministério da Educação, pelo que gostaria de saber como ia ser este processo articulado.-----

-----O senhor Dr. *João Azevedo* esclareceu que esta proposta de contratação de pessoal tinha uma lógica e que o senhor Dr. Sobral Abrantes só tinha falado na educação, não tinha falado nos sapadores florestais, e pelo exposto a Comissão Municipal de Florestas também se devia ter pronunciado. O executivo definiu uma regra que era a de na excecionalidade, quer na educação, quer nos sapadores florestais, podia-se organizar o município de uma forma diferente. Estava-se a tentar dar uma escala de competência e de orientação, hierarquia.-----

-----O município de Mangualde não podia olhar para a educação como o parente pobre, e na estrutura interna havia a necessidade de ter pessoas responsabilizadas para poder coordenar a educação ligadas diretamente ao pelouro. Esta era uma lógica de preparar a Câmara Municipal para o futuro numa área em que ainda não havia um espaço para se consolidar na área de técnico superior.-----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* interveio para dizer que não tinha comentado a contratação de sapadores florestais porque não tinha apreciações a fazer e até concordava com a mesma, o problema era a contratação do professor do primeiro ciclo, e dada a ausência de resposta às dúvidas que tinha colocado, concluía que nem o C.M.E nem as escolas solicitaram este apoio aos professores, e se assim foi, o porquê da Câmara Municipal ter esta iniciativa e por que motivo.-----

-----Esta era uma proposta injusta para dezenas de funcionários da Câmara Municipal, não podia aceitar que houvesse dezenas de funcionários licenciados e não licenciados a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recibos verdes há dezenas de anos e o senhor presidente da Câmara Municipal dizia que não podia resolver o problema, quando havia um lugar, era uma questão de justiça, de tratamento condigno de quem já tinha dado provas de que era competente e merecia estar no quadro. Quando havia uma oportunidade criava-se um lugar por tempo indeterminado para uma pessoa, não resolvia os problemas que havia. -----

-----As leis eram gerais, não eram criadas para determinadas pessoas. A criação de um lugar era um concurso, não se destinava a uma pessoa em especial, esperava estar errado mas sabia quem ia ser colocado. Questionava se já estava escolhida a pessoa, era para resolver uma questão concreta, era para colocar alguém para ser candidato nas listas do P.S, tinha conhecimento do nome de um familiar, se assim não for, quando a pessoa for colocada também dirá nesta Assembleia Municipal que estava errado. -----

-----O senhor Dr. *Filipe Pais* disse ao Dr. Sobral Abrantes que o que tinha dito era grave, e considerava ser um regozijo discutir algo que não era a sobrevivência da Câmara Municipal. Também o senhor Dr. Sobral Abrantes não podia querer que, conforme se fez no passado, uma Câmara Municipal estabeleça como prioridade o interesse de quem trabalhava nos serviços, o interesse comum, municipal era muito mais importante. Esta proposta não era um concurso, era um documento prospetivo, estratégico daquilo que se quer implementar no município. O que senhor Dr. Sobral Abrantes quis dizer era que a Câmara Municipal queria contratar alguém, o que era uma acusação muito grave, pelo que o desafiava a dizer o nome da pessoa que ele pensava que iria ser contratada. -----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* replicou que não era por se tentar dar uma versão contraditória daquilo que ele tinha dito que a Câmara Municipal tinha razão. O resolver a questão de funcionários que estavam com recibos verdes com dezenas de anos de serviço, que deram prova da sua competência, não era resolver o interesse pessoal desses funcionários, era no interesse do município. Era mais importante para o município resolver o problema de alguém que vai entrar de novo do que resolver situações anteriores. Era do interesse do município os funcionários terem uma relação estável de emprego. -----

-----Este era o primeiro passo para a criação de um posto de trabalho, para a contratação. Esta era a estratégia da Câmara Municipal, não seria a da bancada da coligação, dever-se-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iam resolver os problemas no interesse do município e de quem já cá trabalhava há muitos anos, porque a estabilidade do posto de trabalho e uma relação com carácter efetiva, não seria possível para todos, mas seria do interesse das relações laborais. -----

-----O senhor Eng.º *João Tiago* questionou se a alteração do mapa de pessoal equivalia à abertura de concurso, se era possível contratar alguém diretamente para a Câmara Municipal sem concurso público, se era possível contratar alguém para a Câmara Municipal sem o aval do Ministério das Finanças. Este processo parecia-lhe um processo de intenções, e em política um processo de intenções só podia ter viabilidade se o Dr. Sobral Abrantes respondesse ao desafio do senhor Dr. Filipe Pais, se não corria-se o risco de se cair na descaracterização do quadro legal, da política da contratação. O senhor Dr. Sobral Abrantes tinha que dizer quem era a pessoa para quem estava criado este lugar, se não o disser, lamentava mas não poderia olhá-lo com a dignidade de alguém que não era capaz de fazer mais do que pequenas insinuações. -----

-----O senhor presidente da Câmara Municipal, Dr. *João Azevedo*, respondeu ao senhor Dr. Sobral Abrantes que não aceitaria participar na situação que ele insinuou, nos últimos anos no quadro de pessoal foram descritas algumas perspectivas e ambição de abrir alguns lugares, mas não foram abertos. Lamentava que o senhor Dr. Sobral Abrantes tivesse feito uma insinuação maliciosa, mentirosa, porque ele não usava essas práticas. -----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que se era verdade ou mentira o futuro o diria. Quanto a determinado tipo de intervenções não respondia por dignidade da Câmara Municipal. -----

-----Deixava ainda claro que a posição da bancada da coligação P.S.D/C.D.S, iria ser de voto contra esta proposta pelo facto de na mesma constar a criação de um posto de trabalho de técnico superior. Se fosse uma proposta separada e que permitisse um voto distinto a bancada da coligação votaria favoravelmente na criação dos cinco postos de trabalho para sapadores florestais por reconhecerem a necessidade da sua contratação. Como a proposta era conjunta e como todos entendiam que numa das partes era muito grave votariam contra. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A senhora Dr.^a *Patrícia Fernandes* questionou se esta proposta foi solicitada pelo Agrupamento de Escolas de Mangualde porque era o que estava escrito na proposta. -----

-----O senhor Dr. *João Azevedo* respondeu que existia o pelouro da educação que orientava a parte da educação que estava atribuída à Câmara Municipal, e não era hábito esperar pela decisão do C.M.E para se decidir sobre a alteração ao quadro de pessoal. A Câmara Municipal tinha essa autoridade política e legal e por isso podia decidir. -----

-----Para terminar dizia que nos últimos anos, infelizmente, não se pôde abrir lugares para o quadro de pessoal porque a Câmara Municipal de Mangualde estava falida, e se existiam muitas pessoas nos serviços em situação precária foi porque alguém os colocou assim. -----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor e sete votos contra da bancada da coligação P.S.D/C.D.S. -----

-----O senhor Dr. *Filipe Pais* fez a seguinte declaração de voto: a bancada do P.S reafirmava que “*este era um documento único, é impossível um documento estratégico ser apresentado parcelarmente a votação, este documento representa aquela que é a estratégia em termos de recursos humanos da Câmara Municipal de Mangualde tendo em conta todos os constrangimentos que a Câmara Municipal de Mangualde vive e sente desde há sete anos a esta parte pelo menos, e finalmente dizer que este ponto seria provavelmente diferente se a tentativa desta Câmara Municipal fosse fazer aquilo que o senhor Dr. Sobral Abrantes acabou de acusar a Câmara Municipal de tentar fazer, isto porque seria possível abrir mais lugares no quadro de pessoal. Graças a Deus que o trabalho feito nos últimos anos permitiria neste momento não estarmos a falar de seis lugares mas se calhar de sete, mas é preciso muita prudência, porque se nós olharmos vinte centímetros atrás do ombro ainda víamos o abismo.*” -----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* interveio para fazer a seguinte declaração de voto: “*no caso em apreço o que se votou foi uma proposta de alteração de mapa de pessoal, não o mapa de pessoal no seu conjunto. Trata-se de duas propostas de alteração que poderiam ter vindo e ser apresentadas distintas, quer ambas nesta Assembleia quer em assembleias distintas. Lamentamos que face ao procedimento da Câmara Municipal de juntas estas duas propostas na mesma, não nos tenha sido possível votar favoravelmente a criação de*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cinco postos de trabalho operacionais relativamente aos quais verificamos a necessidade. Sendo criado um posto de trabalho esta Assembleia deu as bases à Câmara para contratar, e deixar claro que se for este por tempo indeterminado, obviamente que há concurso, mas quando é contratação como esta Câmara faz por dezenas de vezes a recibos verdes não há concurso, a Câmara contrata quem quer.” -----

-----**Ponto Sexto da Ordem do Dia “Participação no IRS em 2017”** – Aprovação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----Posto este ponto à votação, foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor e sete abstenções, da bancada da coligação P.S.D/C.D.S, aplicar uma participação de 4% no IRS.

-----**Ponto Sétimo da Ordem do Dia “Taxa Municipal do Direito de Passagem – Percentual a aplicar em 2017”** – Aprovação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----Posto este ponto à votação, foi aprovado por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, aplicar a taxa municipal de 0,25%. -----

-----**Ponto Oitavo da Ordem do Dia “Derrama para o Ano de 2017”** - Aprovação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----Posto este ponto à votação, foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor e sete abstenções, da bancada da coligação P.S.D/C.D.S, o lançamento de derrama à taxa de 1%.

-----**Ponto Nono da Ordem do Dia “Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxas a aplicar em 2017”** - Aprovação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal. -----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que esta proposta desdizia aquilo que o senhor presidente da Câmara Municipal propalava quando afirmava reiteradamente que reduzia os impostos. Todos os mangualdenses sabiam quando recebiam a conta no final do ano, ou por prestações, estavam a pagar agora muito mais do que pagavam no passado. As contas efetuadas até 2014 permitiam verificar que a Câmara Municipal de Mangualde, nos anos de 2010 a 2014, arrecadou mais de 2045000,00€ (dois milhões e quarenta e cinco mil

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros) a somar mais o valor de 2015. Quanto o senhor presidente da Câmara Municipal dizia que os mangualdenses não estavam a pagar mais impostos, gostaria de saber quem tinha pago estes dois milhões de euros à Câmara Municipal, de onde tinha vindo o dinheiro, saiu do bolso dos mangualdenses.-----

-----Mais grave ainda era que este ano também, a proposta continha, prosseguindo o entendimento do governo, um acréscimo de imposto para aqueles que tinham filhos, porque agora foi criado um valor fixo de dedução que começava em 20,00€ (vinte euros). Esta nova fórmula de cálculo criada pelo governo, que o executivo camarário seguiu, ia determinar que quem tinha filhos ia pagar mais, o que se podia ter resolvido como resolveram outros concelhos, podia-se ter reduzido a taxa de 0,4% e não mantê-la. Da última intervenção que o senhor presidente da Câmara Municipal fez, erradamente, ficou convencido que o senhor presidente da Câmara Municipal ia propor uma redução. -----

-----Quando o governo, na lei, reduzia taxa máxima para 0,45% dando o sinal a todos os municípios do procedimento que devem ter, Mangualde manteve-se no grupo da frente, no grupo dos concelhos que tem a taxa mais elevada. Quando se verifica que os concelhos limítrofes têm taxas inferiores, Mangualde ia estar na linha da frente. Era uma política errada e esta Câmara Municipal ainda não se tinha apercebido que tinha a concorrência de Viseu. Muitos dos jovens estavam a fixar a residência em Viseu, jovens de Mangualde, e quando se tomava a decisão de onde se ia comprar, a taxa do IMI pesava na decisão. O senhor presidente da Câmara Municipal levantava problemas aos mangualdenses.-----

-----Mangualde não podia fechar-se no seu casulo, resolver problemas e esquecer o que estava ao lado. Esta proposta de 0,4% era injusta para os mangualdenses, não devia ter sido mantida, há já muito tempo que devia ter descido e pensava que o senhor presidente da Câmara Municipal iria terminar o mandato com este valor. A bancada do P.S.D/C.D.S votaria contra esta proposta.-----

-----Tomou a palavra o senhor Eng.º *João Tiago* para dizer que se pagavam muitos impostos e que nunca se estaria satisfeito com uma taxa de imposto, queria-se sempre menos, queriam-se mais serviços públicos, queria-se ter a amortização de uma dívida, queria-se mais quadros de pessoal. As organizações organizam as suas atividades,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estratégias mediante orçamentos, para estes era necessário haver fundos, e fundos reais. Podia-se escolher apoiar mais atividades de cariz social, ou mais de cariz económico, se as taxas de impostos eram maiores ou menores. Uma coisa havia que nos entendermos, quais eram as receitas próprias dos municípios, quais eram os sinais que os governos têm dado acerca das transferências de verbas para os municípios, estes tinham que ser cada vez mais autónomos nas receitas criando a tal competitividade regional por forma a atrair investimento e população. Era óbvio que toda a gente gostaria de pagar menos IMI, se se tivesse a situação financeira da Câmara Municipal de Viseu se pagaria menos IMI. Era óbvio que o trabalho que tem vindo a ser feito por este município iria mais tarde ou mais cedo conduzir à redução do IMI, como foi feito na água, e noutro tipo de despesas e se continuou a fazer investimento. Já se tinha conseguido mudar a face do concelho nalgumas coisas, já se atraiu investimento estrangeiro, e isso foi positivo porque houve investimento correto.-----

-----Por uma questão de honestidade intelectual, as pessoas que viviam em Mangualde e iam para Viseu deixavam de gostar de Mangualde pela diferença de 100,00€ (cem euros) de IMI?, não devia ser por esse motivo, Viseu teria outras atratividades que Mangualde não tinha, algumas delas Mangualde nunca terá e outras iria passar a ter em breve. -----

-----O Portugal 2020 estava a chegar, havia o PEDU, e outros Planos que iam requerer da Câmara Municipal esforço financeiro pelo que não se devia hipotecar estes projetos por um populismo que renderia votos. Este executivo já provou que na anterior reeleição até teve um aumento de aceitação popular, não baixou o IMI na véspera das eleições para satisfazer a população. Se calhar para o próximo ano já se podia baixar o IMI, não por ser ano de eleições, mas porque este executivo geriu bem, porque baixou milhões de euros a uma dívida que o executivo P.S.D aumentava todos os anos, e nessa altura o P.S.D não dizia que o IMI era alto, nem quando foi feita a reavaliação dos imóveis enviou uma carta ao Ministro das Finanças a dizer que a reavaliação ia colocar o IMI num valor muito alto, e nessa altura teriam tido a unanimidade desta Câmara Municipal na projeção desse documento.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Esta Câmara Municipal não aumentava impostos e não tinha culpa que os sucessivos governos aumentassem a maneira como os impostos eram mensurados. -----

-----O senhor Eng.º João Tiago disse ainda que tinha a aspiração de esta Assembleia Municipal ter ainda tanta força como a Assembleia da República, mas ainda não era possível, ainda não se podia fixar a política tributária e orçamental do país, mas podia a bancada da direita, já que tinha tanta influência no governo anterior, ter falado com o Ministro para avaliar os imóveis de uma maneira diferente.-----

-----O senhor Dr. *João Azevedo* falou em duas palavras: responsabilidade e populismo. Responsabilidade disse ao senhor Dr. Sobral Abrantes que em finais de 97 e até 2009 não o viu preocupado com a dívida que galopava, com os impostos no máximo, e votava sempre a favor nestes assuntos. -----

-----Na questão do IMI este executivo não era populista, era responsável, porque já se tinham passado anos de grandes dificuldades para resolver problemas que o P.S.D criou aos mangualdenses. Este executivo não iria tomar decisões para que o eleitorado pensasse que era fácil, era a responsabilidade que os obrigava a tomar estas decisões.-----

-----Quanto ao IMI propriamente dito, o senhor Dr. Sobral Abrantes deveria fazer algumas projeções, estava a confundir a questão percentual com a nominal, devolução fixa que foi uma decisão do governo. Não se podia fazer comparações com outros municípios porque então teria que falar novamente no PEDU, só a diferença de investimento público que ia haver no concelho arrebatava todas essas diferenças.-----

-----O senhor presidente da Câmara Municipal falou na variação no IMI, na parte percentual e na dedução fixa que ia criar algumas alterações, bem como nos outros percentuais apresentados na reunião de Câmara Municipal, estava-se a fomentar o arrendamento para os jovens virem para Mangualde, e a reconstrução, pelo que se estava a baixar este imposto.-----

-----A receita do IMI baixou este ano, em agosto de 2016 recebeu-se menos 111421,20€ (cento e onze mil quatrocentos e vinte e um euros e vinte cêntimos), e esse dinheiro ficou nas famílias. Se se baixar mais o imposto colocar-se-ia em causa a sustentabilidade da Câmara Municipal de Mangualde em termos financeiros, o que não iria fazer, por razões

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de consciência, de responsabilidade, e de responsabilidade naquilo que era a ação do executivo. -----

-----A Câmara Municipal de Mangualde tinha um caminho definido e quando houver condições para sair do ajustamento financeiro, o executivo avaliaria a baixa de impostos. ---

----- A questão de menos dívida, menos impostos e menos água, mais investimento público, mais património, mais luz, a Câmara Municipal estava a conseguir atingir os objetivos que era o desígnio de dar qualidade de vida aos mangualdenses, preocupação que o senhor Dr. Sobral Abrantes nunca teve nas decisões que puseram em causa a sustentabilidade do concelho, a sustentabilidade financeira do município e a vida dos mangualdenses, que foi o que aconteceu no passado.-----

-----Este executivo não tomaria decisões populistas para poder granjear mais apoios, não contém comigo para isso. -----

-----Posto este ponto à votação, foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor e sete votos contra da bancada da coligação P.S.D/C.D.S, fixar as taxas de IMI constantes da proposta aprovada pela Câmara Municipal de Mangualde, na reunião de 12/9/2016. -----

-----**Ponto Décimo da Ordem do Dia “Informação interna n.º 1044/2016 do serviço de execuções fiscais, relativa a processos de execução fiscal dos meses de agosto a novembro de 2015”** - Declaração de prescrição de acordo com proposta da Câmara Municipal -----

-----A senhora Dr.^a *Patrícia Fernandes* disse que sobre este ponto mais uma vez vinha reclamar, porque já mais que uma vez tinha ouvido do senhor presidente da Câmara Municipal que quando as pessoas não pagavam a água era-lhes cortada no prazo de seis meses. Foi votado em fevereiro processos de execução fiscal relativos a julho e abril de 2014 e que continuam a constar nesta listagem de dezembro de 2015, como era isto possível, o fornecimento da água não ter sido cortado, se calhar estes valores serviam para baixar os impostos e por isso a bancada da coligação iria votar contra.-----

-----O senhor Dr. *João Azevedo* respondeu que a Câmara Municipal cumpria a lei e que a questão dos seis meses tinha sido uma informação técnica, os serviços faziam a sua prática comum e obrigatória. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Posto este ponto à votação, foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor e sete votos contra da bancada da coligação P.S.D/C.D.S, declarar a prescrição do direito ao recebimento do preço pelos serviços prestados relativos a taxas de fornecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais, resíduos sólidos urbanos, taxa de gestão de resíduos, taxa de conservação de redes, taxa de resíduos hídricos-água, taxa de controlo de água, bem como o respetivo IVA, com os processos de execução fiscal instaurados e em curso no município de Mangualde, melhor identificados nos mapas anexos à informação apresentada, respeitante aos meses de agosto a novembro do ano de 2015, nos termos e com os fundamentos nela descritos, no valor global de 2266,10 € (dois mil duzentos e sessenta e seis euros e dez cêntimos).-----

-----*Ponto Décimo-Primeiro da Ordem do Dia* **“Adenda ao Protocolo de Colaboração e Delegação de competências celebrado entre o município e a Junta de Freguesia de Fornos de Maceira Dão”** - Aprovação e votação da autorização à Câmara Municipal.-----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que à semelhança de Assembleias Municipais anteriores, e passado para a questão da União de Freguesias de Tavares, havendo um acordo entre a Câmara Municipal e as uniões de freguesia e não lhes tendo sido transmitido nada em contrário, a votação da bancada da coligação seria favorável.-----

-----Posto este ponto à votação, foi aprovado por unanimidade, dar autorização à Câmara Municipal de Mangualde para a celebração da adenda ao protocolo de colaboração e delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia de Fornos de Maceira Dão.-----

-----*Ponto Décimo-Segundo da Ordem do Dia* **“Adenda ao Protocolo de Colaboração e Delegação de competências celebrado entre o município e a União de Freguesias de Tavares”** - Aprovação e votação da autorização à Câmara Municipal.-----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----Posto este ponto à votação, foi aprovado por unanimidade, dar autorização à Câmara Municipal de Mangualde para a celebração da adenda ao protocolo de colaboração e delegação de competências celebrado com a União de Freguesias de Tavares.-----

-----*Ponto Décimo-Terceiro da Ordem do Dia* **“Relatório de Acompanhamento do PAEL – 13º trimestre de execução”** – Aprovação e votação da proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----Posto este ponto à votação, foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor e sete abstenções da bancada da coligação P.S.D/C.D.S. -----

-----*Ponto Décimo-Quarto da Ordem do Dia* **“Federação do Folclore Português – proposta de admissão do Município de Mangualde como sócio auxiliar coletivo”** -
Apreciação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----Posto este ponto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

-----*Ponto Décimo-Quinto da Ordem do Dia* **“ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais – Proposta de admissão da Assembleia Municipal de Mangualde como sócio”** -----

-----A senhora Doutora *Leonor Pais* explicou que esta proposta lhe tinha sido enviada a título nominal. Estava a ser criada uma associação de assembleias municipais e a proposta foi enviada a todos os presidentes de assembleias municipais não envolvidos inicialmente nesta iniciativa para que integrassem esta Associação Nacional a título nominal. Posteriormente foi concluído que a título nominal não fazia sentido, considerando que no futuro os presidentes das assembleias municipais poderiam ser outras pessoas, e dado que esta seria uma Associação de cariz nacional. -----

-----Os Estatutos apresentados evoluíram no sentido de integrarem a figura do/a presidente da assembleia municipal e não a pessoa em termos nominal. -----

-----Pelo exposto pensava que este assunto deveria ser apreciado e votado na Assembleia Municipal de Mangualde.-----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* enalteceu a posição da senhora presidente da Assembleia Municipal ao entender que a posição deveria ser do/a presidente da Assembleia Municipal, não da pessoa em si, mas sim do órgão, à semelhança do que acontece com a Associação Nacional de Municípios (ANMP) e com a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE). -----

-----Nos pressupostos estavam todos de acordo, mas os Estatutos não se coadunavam com os mesmos. O artigo 3º dos Estatutos dizia que *“São associados da ANAM as pessoas que*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

são ou foram eleitos das assembleias municipais e que manifestem desejo...”, pelo que assim sendo poderia pertencer à ANAM qualquer deputado municipal atual ou antigo, e nestes termos só poderia ser associado qualquer pessoa individual e não o órgão. a Assembleia Municipal de Mangualde, neste caso. Também no artigo 4º se dizia que quem participasse na Assembleia Geral era considerado sócio fundador, o que qualquer membro presente o poderia fazer. -----

-----O senhor Dr. Sobral Abrantes pensava que a senhora doutora Leonor Pais poderia ser sócia a título pessoal como presidente da Assembleia Municipal de Mangualde, e depois quando deixar de o ser, assim como qualquer outro deputado municipal que tenha esse interesse.-----

-----Assim sendo, propunha que fosse retirada esta proposta da ordem do dia, de admissão da Assembleia Municipal de Mangualde como sócia da ANAM, pelo facto de não o poder ser face aos Estatutos apresentados. Esta Associação deveria ter os mesmos pressupostos da ANMP e da ANAFRE. -----

-----A senhora Doutora *Leonor Pais* retorquiu que não iria aceitar integrar esta Associação, havia muitas incongruências, lendo a seguinte proposta de adesão que lhe foi enviada: *“Tendo sido convidada a integrar a associação nacional de municípios criada recentemente venho propor á Assembleia Municipal que esta adesão que, podendo ser a título pessoal e individual, de acordo com os atuais estatutos, se faça na qualidade de Presidente da Assembleia, para garantir que possíveis futuras alterações aos atuais estatutos mantenham a qualidade de associado fundador a todos os Presidentes da Assembleia Municipal de Mangualde com todos os direitos que tal condição vier a consagrar.”*, e que achava que a mesma não era coerente em si mesma. Os Estatutos deveriam ser ajustados para considerar as assembleias municipais e os seus presidentes. ----

-----O senhor Eng.º *Tiago Henriques* disse que tinha algumas dúvidas quanto a este assunto porque tinha também alguma hesitação pessoal quanto à replicação de associações que não tinham um objeto bem definido. Os municípios eram territórios constituídos por dois órgãos, a câmara e a assembleia municipal, e existiam duas associações nacionais a ANMP e a ANAFRE, para representar este tipo de territórios em termos de circunscrição

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

administrativa. As assembleias municipais já estavam bem representadas pela ANMP e a melhor maneira de se dar voz a estes órgãos era dentro desta Associação para que não fossem somente os presidentes de câmara a terem a palavra.-----

-----A senhora Doutora *Leonor Pais* propôs aos membros presentes que se comunicasse à ANAM que faria mais sentido que este fosse um órgão onde estivessem representadas todas as assembleias municipais e de uma forma clara pelos seus presidentes, e como esta proposta não era explícita, não iria aderir nem a título pessoal nem como presidente da Assembleia Municipal de Mangualde, e que dentro dos possíveis fossem informando esta Assembleia Municipal da evolução da Associação.-----

-----Posto este ponto à votação, foi aprovado por unanimidade, comunicar decisão tomada na sessão da Assembleia Municipal sobre este assunto.-----

-----*Ponto Décimo-Sexto da Ordem do Dia* “**Alteração dos critérios do Fundo Geral Municipal - Petição** – Votação da proposta apresentada pelos alunos do ensino secundário da Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira-----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* enalteceu a iniciativa dos alunos do ensino secundário da Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira e a sua manifestação de interesse na vida pública e de participação nas decisões dos órgãos locais designadamente nas questões financeiras.-----

-----Quanto à proposta propriamente dita, por princípio votava a favor de uma proposta que diminua as desigualdades entre o interior e o litoral, entre as grandes e as pequenas cidades, enquanto mangualdense e não só, numa questão nacional era uma questão de justiça. De qualquer forma, não sabia das implicações para Mangualde ao se votar esta proposta, o município iria ter mais ou menos dinheiro, era necessário fazer um estudo económico, e nestas circunstâncias a sua sugestão era a de que a Câmara Municipal solicitasse um estudo financeiro e ver quais seriam as implicações que estas alterações trariam. Como esta proposta não era clara para a situação de Mangualde propôs que este assunto fosse retirado da ordem do dia porque na dúvida iria votar contra, não deixando de enaltecer a iniciativa deste alunos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Posto este ponto à votação, foi aprovado por unanimidade comunicar decisão tomada na sessão da Assembleia Municipal sobre este assunto.-----

-----*Ponto Décimo-Sétimo da Ordem do Dia* “**Listagem de Compromissos Plurianuais assumidos pela Câmara Municipal de Mangualde, no período 23 de junho de 2016 a 19 setembro de 2016, ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal de Mangualde de 25 de novembro de 2015, nos termos do art.º 6º, n.º 1, al. c), da Lei n.º 8/2012, de 21/2**” – Conhecimento -----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que face aos valores muito significativos apresentados nesta listagem questionava a Câmara Municipal sobre os critérios que determinaram a celebração destes contratos, porque haviam sido estas empresas escolhidas, qual era a sua competência técnica, o seu passado, para justificar este tipo de contratos. Por exemplo a empresa *Factorgénio Design e Produção Gráfica Ld.ª*, do Porto, tinha dois contratos de cerca de 19250,00€ (dezanove mil duzentos e cinquenta euros) e 38500,00€ (trinta e oito mil e quinhentos euros), gostaria de saber porque foi esta empresa a escolhida; a empresa *Eglobal Internacional Engenharia Ld.ª*, de Lisboa, um contrato no valor de 70000,00€ (setenta mil euros), não haveria ninguém na zona de Viseu capaz de fazer este tipo de projetos?; a empresa *Fluimep – Mechanical, Electrical and Plumbing Consulting, Ld.ª*, que empresa era esta, porque foi contratada, não tinha conseguido descobrir nada sobre a mesma, com contrato no valor de 45425,00€ (quarenta e cinco mil quatrocentos e vinte e cinco euros); 74000,00€ (setenta e quatro mil euros) para a sociedade *Sopsec – Sociedade Prestadora de Serviços de Engenharia Civil, S.A.*, de Vila Nova de Gaia; eram cerca de 200000,00€ (duzentos mil euros) só para estas empresas pelo que gostaria de saber porque foram escolhidas; outra empresa com um contrato de 8777,36€ (oito mil setecentos e setenta e sete euros e trinta e seis cêntimos), a *Sweetborder Unipessoal, Ld.ª*, de Águeda, para fornecimento contínuo de equipamento/vestuário de proteção, gostaria de saber o porquê do contrato com esta empresa, o porquê destas decisões nestas contratações. -----

-----O senhor Dr. *João Azevedo* explicou ao senhor Dr. *Sobral Abrantes* que estas contratações serviam para poupar recursos à Câmara Municipal, os serviços técnicos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinham avaliado as propostas e pessoalmente não reconhecia a maioria destas pessoas e destas empresas. O poder político tinha a capacidade de filtrar, como obrigatoriedade, de defender os interesses do município, o que estava em causa eram ajustes diretos e estavam explicados, na mesma listagem, o que iriam fazer cada uma destas empresas. -----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que o senhor presidente da Câmara Municipal não tinha explicado nada pelo que solicitava que lhe fosse enviado cópia da documentação destes contratos, e enquanto deputado municipal não podia deixar de solicitar explicações e ficar indignado, por exemplo a Sweetborder Unipessoal, Ld.^a, de Águeda, fornecimento contínuo de equipamento/vestuário de proteção, havia empresas de Mangualde a trabalhar neste setor, e procurando informação na internet a Sweetborder era uma empresa de bordados e não de equipamento de proteção, foi uma questão de preço?-----

-----Tinha por princípio que em igualdade de circunstâncias deveriam ser contratadas empresas e pessoas de Mangualde. No somatório destes contratos havia cerca de 300000,00€ (trezentos mil euros) que podiam gerar riqueza em Mangualde e iam para outras cidades. Se de facto estas propostas eram as melhores solicitava que lhe fossem remetidas cópias das mesmas e das outras que foram preteridas. -----

-----A empresa Factorgénio Design e Produção Gráfica Ld.^a, prestação de serviços de paginação e arte final, fazia a revista municipal, tinha tentado consultar a página da empresa na internet e a mesma estava em manutenção, pelo que mais uma vez solicitava que lhe fossem remetidas cópias de todas as propostas apresentadas para este tipo de serviços e de contratos de fornecimentos. -----

-----O senhor Dr. *João Azevedo* replicou que podia ser consultada a plataforma onde constam estas contratações, a AcinGov - plataforma eletrónica de compras públicas, queria defender o interesse público e a qualidade de serviços para o município. Solicitava ao senhor Dr. Sobral Abrantes para não insinuar questões de caráter. -----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que o senhor presidente da Câmara Municipal quando não tinha resposta falava no passado, e não queria insinuar nada, queria saber como foram contratadas aquelas empresas, tinha o direito de saber, houve mais do que uma proposta ou foram ajustes diretos, e quanto aos técnicos da Câmara Municipal ninguém

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha posto em causa a sua honestidade, a decisão era política, era do presidente, e como era que um presidente de câmara municipal defendia os interesses da mesma se não sabia o que foi feito. -----

----- Quanto ao facto da ter estado na inauguração de uma obra em Abrunhosa-a-Velha tinha sido convidado, assim como o foi para Espinho e esteve presente e não esteve presente em Santiago de Cassurrães tendo sido convidado. Dos convites que o senhor Dr. João Azevedo diz que envia, deve-se perder muita correspondência porque para mais de metade dos eventos não recebia convite e muitos recebia-os depois de ter passado a data dos mesmos. Muitos dos eventos eram conhecidos por esta bancada através da comunicação social ou pelo site municipal pelo que aproveitava para agradecer ao senhor presidente da União de Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães, para quem ainda não tinha tido a oportunidade para se justificar, pois tinha recebido o seu convite para uma inauguração mas não pôde estar presente. -----

----- O senhor Dr. *João Azevedo* disse que quanto aos convites iam avaliar o que se estava a passar. -----

----- Relativamente à questão da contratualização todo o processo era certificado pelos técnicos e pelas tutelas dos pelouros e estava tudo inserido na plataforma eletrónica de compras públicas. Esta Câmara Municipal defendia os interesses dos munícipes e estava provado que a dívida pública estava a diminuir. Quanto às empresas envolvidas para a regeneração urbana, ou se fazia um projeto e obra de excelência na cidade ou não. -----

----- A senhora Dr.^a *Patrícia Fernandes* lembrou o senhor presidente da Câmara Municipal que há cerca de cinco anos lhe tinha dito que nos ajustes diretos convidava quem queria, e nessa altura também ela lhe solicitou que pelo menos convidasse pelo menos três entidades, o senhor Dr. João Azevedo nessa altura disse que não o fazia porque o que estava na lei era só uma entidade. Se estes procedimentos eram ajustes diretos eram convites do senhor presidente da Câmara Municipal e não se estava a falar em concursos públicos. -----

----- O senhor Dr. *João Azevedo* explicou que se se escolhia uma entidade para prestar determinado serviço era porque se confiava nessas pessoas, como preço mais baixo, como

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

era o caso da empresa que fazia a Revista Municipal, havia outras entidades que de facto não conhecia. Hoje em dia estava tudo na plataforma e antigamente nem documentação havia.-----

----- A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----- Não havendo mais nada a tratar, a senhora *presidente da Assembleia Municipal* propôs que a presente ata fosse imediatamente aprovada sob a forma de simples minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. Esta proposta foi aceite e a minuta da ata foi aprovada, por unanimidade, e assinada pelos membros da Mesa.-----

----- Em seguida, quando eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e oito de setembro, a senhora presidente da Assembleia Municipal deu por terminados os trabalhos desta sessão, encerrando-a. -----

----- Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -

O/A Presidente,

O/A 1^o/a. Secretário/a,

O/A 2^o/a. Secretário/a,
